

☐ **REQUERIMENTO** Número /XIII (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número /XIII (.ª)

Assunto: Governo não entrega relatórios sobre PMA e mortalidade materna ao Parlamento

Destinatário: Ministério da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 22 de abril o Bloco de Esquerda apresentou um requerimento para audição do Grupo de Trabalho para avaliação do alargamento dos programas de acesso à procriação medicamente assistida e promoção de doações ao Banco Público de Gâmetas. Em causa estava a deterioração do acesso a práticas de PMA no país e o facto deste Grupo ter entregado o seu relatório final ao Governo em maio de 2021, não tendo havido qualquer consequência ou feedback ao mesmo.

Já no dia 24 de maio requeremos a audição da DGS sobre a mortalidade materna em Portugal. Em causa estava o valor muito preocupante de mortalidade materna no ano de 2020 (o mais alto dos últimos 38 anos), assim como o facto de a DGS ter anunciado e criado uma comissão para analisar os óbitos registados em 2017 e 2018, cujo relatório nunca foi publicado.

Estas audições foram aprovadas pela Comissão Parlamentar de Saúde, tendo sido deliberado que o Parlamento solicitaria os relatórios em causa – do Grupo de Trabalho para a avaliação do alargamento dos programas de acesso à PMA e da comissão criada pela DGS para análise da mortalidade materna – antes da realização das respetivas audições.

Esses relatórios ainda não foram entregues, apesar de já terem sido solicitados por duas vezes. Isso mesmo foi hoje confirmado pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde. Não podemos deixar de estranhar que o Governo ignore o Parlamento e se recuse a entregar documentação solicitada. Estes relatórios foram elaborados e entregues ao Governo e não há razão nenhuma para que continuem sem chegar ao Parlamento. Estão, por alguma razão, classificados como confidenciais ou o Governo está simplesmente a sonegar informação à Assembleia da República?

Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde as seguintes perguntas:

1. Por que razão está o Governo a recusar-se a entregar os relatórios em causa, por duas vezes



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

solicitados pela Comissão Parlamentar de Saúde?

2. Os relatórios estão classificados como confidenciais? Com que fundamento?
3. Se não é esse o caso, não considera o Governo que sonegar informação à Assembleia da República e aos seus deputados é um ato grave?

Palácio de São Bento, 22 de junho de 2022.

A deputada
Catarina Martins